

# CENTRO JOVEM TEJO NA IMINÊNCIA DE FECHAR PORTAS



O futuro de mais de três dezenas de cidadãos, entre utentes e equipa profissional da Associação Centro Jovem Tejo, têm o futuro seriamente em risco. Dificuldades financeiras resultantes do subfinanciamento da estrutura por parte do Estado estarão na origem de uma situação considerada por Elísio Barros, presidente da instituição, como insustentável. Falamos de uma instituição que oferece a valência de comunidade terapêutica (convencionada com o Estado), a qual acumula 31 anos de existência e serviu, na sua génese, esse mesmo estado sem qualquer financiamento... Hoje, com participações por atualizar desde 2008 e um quadro agravado pela situação de pandemia, o técnico que ajudou a refazer tantas vidas vê-se na iminência de, como técnico e presidente, enviar muitas outras para a "rua"... Atenção, senhores decisores políticos!

## **31 anos após tanto trabalho em prol da defesa e promoção dos direitos dos cidadãos e do tratamento e reabilitação de pessoas que usam drogas a que se deve este previsível encerramento das vossas instalações?**

**Elísio Barros (EB)** – Por várias razões, a situação financeira da instituição tem vindo a agravar-se nos últimos anos. Como todos sabemos, os colaboradores que temos têm vencimentos, os quais são anualmente atualizados e, com a mesma receita que tínhamos em 2008, temos que fazer face aos custos atuais, o que tem vindo a dificultar, de ano para ano, a manutenção do funcionamento da instituição. Temos vindo a tentar socorrer-nos, a cortar no que é possível – o que não se aplica aos vencimentos dos nossos profissionais nem à alimentação e bem-estar dos utentes – mas chegámos a uma situação em que os custos, também inflacionados por esta pandemia, "trepam" muito significativamente, sendo que a receita se mantém inalterada... Somos uma instituição relativamente pequena, com 25 camas e apenas 21 convencionadas com o Estado e, portanto, a receita não é muita. Neste momento, estamos a sofrer perante um sufoco do qual é muito difícil sair. Naturalmente, socorremo-nos da sociedade civil, pedimos às autarquias e a várias entidades que nos fossem apoiando para conseguirmos sobreviver, mas os apoios que recebemos não satisfazem as necessidades. Neste momento, não temos recursos financeiros para fazermos obras de requalificação, nem para proceder a melhorias ou contratar o número de pessoas que seriam desejáveis. Poderão sempre dizer "quem não tem unhas não toca guitar-

ra" (política de terra queimada) ou então como humanistas dizer " não podemos deixar cair uma resposta única da qual o nosso país se serviu ao longo de mais de três décadas"

## **A participação inerente a essa convenção com o Estado é paga a 80 ou 100%?**

**EB** – Teoricamente, existe uma obrigação por parte da estrutura familiar de participar nos internamentos de cada um dos pacientes, sendo que a mesma atinge 20%. Sendo que o tipo de utentes que as comunidades terapêuticas admitem são caracterizados habitualmente pela condição de sem-abrigo ou por possuírem fracos recursos económicos, pelo que não têm forma de participar com esses 20%. Normalmente, socorremo-nos da Segurança Social e nós próprios tratamos de todo o processo para procurarmos essa participação de 20%, sendo que o ministério da saúde, através das ARS, participa apenas com 80%. A verdade é que nem sempre conseguimos os restantes 20%...como diria uma amiga "será possível só tratar/recuperar 80% de uma pessoa?"

## **Se não tiverem uma ocupação de 100% das camas, quem suporta os custos relacionados com a equipa técnica?**

**EB** – Sendo evidente que somos adeptos das equipas fixas porque a experiência adquirida resulta numa mais-valia para todos nós, infelizmente, temos que ir fazendo contratos a prazo e dispensar colaboradores em função do número de utentes que temos. Nesta altura, o Centro Jovem Tejo está a funcionar nos limites porque temos vindo a dispensar alguns colaboradores à medida que acabam os contratos, porque não temos condições para continuar a pagar. Para os 25 utentes, teria em média 10 a 12 monitores e, nesta altura, estamos com seis porque não temos suporte financeiro para lhes pagar. Mais: muitas das admissões de colaboradores que fizemos este ano foi a recibos verdes porque não temos a garantia da manutenção do número de utentes de um mês para o outro. E como o ministério da saúde apenas nos paga em função da responsabilidade que nos atribui e da ocupação das camas, isto cria-nos uma situação única no nosso país. Na Segurança Social, nas unidades de cuidados continuados, entre outras, isto não se passa: há um acordo tripartido entre a saúde, a Segurança Social e a instituição com a atribuição de um valor fixo para o funcionamento da comunidade e cabe depois às três instituições irem ocupando as camas ao longo do tempo. Parece pois que de países diferentes se trata. Por um lado serviços públicos que apoiam integralmente instituições sociais que respondem a pessoas das várias idades (Segurança Social), por outro lado serviços públicos que apoiam a 80% cada um dos utentes e em função da ocupação das camas, sendo que as Instituições que os tratam nem sequer são minimamente apoiadas.

## **O que oferecem atualmente quando abrem as portas ao tratamento aos vossos utentes?**

**EB** – Pela minha experiência de quase 32 anos, em muitas situações, posso dizer-lhe que as pessoas que vamos admitindo têm alguma dificuldade em ir a casa ou ter alta porque se sentem aconchegados, bem tratados e com as condições que nunca tiveram no exterior, nomeadamente todas as refeições diárias a tempo e horas e o aconchego dos técnicos e monitores que os vão tratando e fazendo cumprir um programa terapêutico de reabilitação para cada um deles. É isto que os mantém na institui-



ção. Para nós, é uma machadada termos eventualmente que encerrar a instituição. Mas chegámos a um limite insustentável e não quero pensar que terei que voltar às origens, a 1989, em que eu e um companheiro fazíamos de técnicos e monitores e assegurávamos o funcionamento da comunidade durante 24 horas por dia porque ainda não tínhamos acordos nem convenções. Nesta altura, com licenciamentos e convenções, parece-nos uma injustiça total termos que fazer cortes na quantidade de colaboradores ou em coisas básicas, como um passeio ou a compra de um gelado... Tivemos que reduzir as despesas ao mínimo dos mínimos e, mesmo assim, continuamos a acumular saldos mensais negativos. Com dificuldades em pagar vencimentos, em pagar despesas correntes de luz, água, comunicações, alimentação, higiene e outros, acrescentam-se também as dificuldades em pagar os impostos às Finanças e Segurança Social, sendo que esta última e no caso de não pagarmos a tempo e horas, nos bloqueia as ditas declarações de não dívida, que nos permitiriam muitas vezes obter apoios de outros organismos, sendo que desta forma ficamos completamente bloqueados. Não temos dinheiro para pagar e também não podemos receber por falta de pagamento das obrigações fiscais (TSU e IRS).

**Como sabemos, a pandemia que atravessamos resultou em despesas acrescidas para instituições como a vossa, quer no que concerne ao funcionamento das equipas, quer no que toca à aquisição de materiais de proteção... Quem suportou esse ónus?**

**EB** – Resposta muito direta: as próprias comunidades terapêuticas. Uma ou outra, eventualmente, tiveram apoio de autarquias, ainda que pontuais e escassos. O investimento que fizemos em equipamento para proteção dentro da instituição foi muito significativo até agora. As máscaras são trocadas com muita frequência, quando fazemos admissões, o utente tem que ficar em condições únicas, com a utilização privativa de um quarto e casa de banho, mesmo que entre com teste negativo... Se já era difícil funcionarmos normalmente em janeiro e fevereiro, a partir de março começou a tornar-se praticamente impossível. Os nossos fornecedores têm tido a maior consideração por nós mas não sei quando poderemos pagar tudo aquilo que continuaram a fornecer-nos ao longo destes meses.

**Ao longo da última década encerraram atividade mais de 20 comunidades terapêuticas... O Centro Jovem Tejo pode ser a próxima... Existirão culpados?**

**EB** – Claro que existem culpados... Acho que somos todos um pouco, começando pelas próprias comunidades terapêuticas, que sempre foram tratando as coisas com luvas e nunca foram entidades reivindicativas. Parece-me que fomos sempre tendo alguma esperança que de que as coisas se resolveriam... Mas adiámos 12 anos esta situação e não é possível viver-se hoje com os valores de 2008. É evidente que também existem culpas dos responsáveis pela área... Fomos chamando a atenção do Sicad para a necessidade da atualização dos valores, pelo que nos dizem o Sicad também alertava o Ministério da Saúde e foram-nos sempre criando esperanças de que os valores das comparticipações seriam ajustados, o que nunca se verificou. Diria que, a haver culpas, as mesmas são repartidas mas, sinceramente, a nós, Centro Jovem Tejo, pouco nos importa quem é o culpado. Importa-nos saber se há vontade política e técnica para responder a este tipo de população. Estamos disponíveis para continuarmos a prestar um serviço que foi orgulho nacional por ter um reflexo internacional e, nesta altura, estas instituições que muito colaboraram nesta imagem internacional que Portugal tem, veem-se mal tratadas e com o menino nas mãos, sem saber o que terão pela frente. Naturalmente, com os utentes que o Centro tem, não terei alternativa a não ser encaminhá-los para outras estruturas, se vagas existirem. É todo um investimento de três décadas, em pessoas, recursos e tempos, que se desperdiça, com a falta de apoio de quem tem responsabilidades neste país.

**IDT, Sicad, ARS... O que representaram estas alterações para o atual estado de comunidades como a vossa?**

**EB** – Enquanto tivemos o IDT, que era um organismo único, que supervisionava, orientava, pagava e fiscalizava, as coisas iam correndo minimamente bem... entretanto, ficámos espartilhados entre diversos organismos: temos o Sicad, que nos dá a orientação técnica e celebra os protocolos de cooperação, temos as cinco ARS, que parecem representar cinco países diferentes porque cada uma tem a sua política, e temos ainda as regiões autónomas. Como se isto não bastasse, temos também a Entidade Reguladora da Saúde, a ASAE, o Instituto de Gestão do Ministério da Saúde...

As Comunidades Terapêuticas têm um modelo de funcionamento que não se coaduna com o espartilhamento a que as querem sujeitar. Só um organismo único poderá ser o parceiro privilegiado desta área da Saúde, com a possibilidade deste próprio se socorrer de um dos outros, em função das necessidades. Como poderia toda esta dispersão não resultar em orientações contraditórias?